

## ANÁLISE DOS IMPACTOS DA COVID-19 SOBRE O SETOR DE SERVIÇOS NO BRASIL E EM SANTA CATARINA\*

Andrey Ide\*\*  
Lauro Mattei\*\*\*

**Resumo:** A partir de fevereiro de 2020 o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil iniciou uma trajetória de queda decorrente da nova dinâmica que se impôs nas relações econômicas devido à pandemia da Covid-19. Por contribuir com 70% do PIB a nível nacional e com 60% do PIB catarinense, o setor de serviços puxou esta trajetória para baixo. Sua característica de baixos custos de entrada e de saída facilita a criação de empreendimentos autônomos com absorção de mão de obra barata, fato que contribui para ampliar as taxas de informalidade no mercado de trabalho. Em 2021, o setor se recuperou dos resultados deficitários, porém dois de seus cinco subsetores ainda se encontravam abaixo do nível pré-pandêmico. Esse é um setor muito heterogêneo e que depende muito da presença física dos consumidores. Com as medidas de contenção da Covid-19 no ano de 2020, meios de transporte pararam, aulas presenciais se transformaram em EAD, o teletrabalho se expandiu, restaurantes, centros de ensino e estética, academias e demais serviços não essenciais foram interrompidos. O resultado foi uma queda expressiva dos indicadores desse setor ao longo do primeiro ano da pandemia. Todavia, diante da necessidade dos empreendedores reativarem seus negócios e dos trabalhadores brasileiros e catarinenses gerarem renda, notou-se uma recuperação das atividades ao longo de 2021. Dada a importância dos Serviços na Economia, este estudo analisa as variações no volume de serviços prestados na última década, com enfoque especial nos últimos dois anos, a fim de compreender os principais impactos da pandemia no setor, bem como discutir o atual cenário de recuperação e as perspectivas do setor no ano de 2022.

**Palavras-chave:** Brasil; Santa Catarina; Serviços; COVID-19.

### ECONOMIC ANALYSIS OF COVID-19 PANDEMIC IMPACTS ON THE SERVICES SECTOR IN BRAZIL AND IN SANTA CATARINA

**Abstract:** After February 2020, the Brazilian Gross Domestic Product (GDP) begins a downward trajectory. A new dynamic has imposed itself on economic relations due to the Covid-19 pandemic. The service sector led this trajectory as it contributes with 70% of GDP at national level and with 60% of GDP in Santa Catarina. Its characteristic of low entry and exit costs facilitates autonomous ventures, allows the absorption of low-cost labor and configures a labor market with high rates of informality. In 2021, the sector recovers from the deficit results with two of its five subsectors growing below the pre-pandemic level. And, despite being heterogeneous, dependence on the physical presence of its consumers is the common factor that brought down the growth of the sector in 2020. But the need of Brazilians and catarinenses to generate income compelled the market to reinvent itself. Transportation facilities stopped, face-to-face classes turned into distance

---

\*\* Internacionalista, graduando em Ciências Econômicas e bolsista do NECAT-UFSC. Email: ide.andrey@gmail.com

\*\*\* Professor titular do curso de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Administração, ambos da UFSC. Coordenador geral do NECAT-UFSC e pesquisador do OPPA/CPDA/UFRRJ. Email:l.mattei@ufsc.br

education, home office expanded, restaurants and other non-essential services were interrupted. Given its relevance, this study aims to analyze the variations in the volume of services provided in the last decade, focusing on the past two years, in order to understand the sector's recovery scenario and conjecture possible perspectives for 2022.

**Keywords:** Brazil; Santa Catarina; Services; COVID-19

## **INTRODUÇÃO**

Em 01 de janeiro de 2020 as autoridades sanitárias da China contabilizavam 381 infectados com um novo tipo de pneumonia. Apenas dez dias depois elas confirmaram a primeira morte pela nova cepa do vírus, a SARS-Cov-2 (GAMA NETO, 2020, p. 114). O Ministério da Saúde brasileiro confirmaria, em 26 de fevereiro daquele ano, o primeiro caso de infecção pelo novo coronavírus no país (RODRIGUES, 2020).

Em março de 2020 mais de 210 milhões de brasileiros foram surpreendidos por uma nova realidade que se impunha. A árdua tarefa de sobreviver em um país com inflação crescente e que atingiria níveis recordes de desemprego – 14,9 milhões de desempregados em julho de 2021 (IBGE, 2020a) – fora agravada pelo risco sanitário de respirar em público. A pandemia de COVID-19 mudou a forma como, não só os brasileiros, mas como todos os habitantes do planeta interagem. Tal transformação se refletiu na dinâmica econômica, principalmente nos setores de atividades que requerem contato humano presencial, tal qual o setor de serviços. De repente, medidas de proteção como o uso de EPIs (equipamentos de proteção individual) se tornaram essenciais. A utilização de máscaras e álcool gel veio acompanhada de interrupções: fronteiras nacionais fechadas, transporte interestadual e interurbano cancelados, bares, salões, hotéis, restaurantes, empresas e escolas fecharam, atividades não essenciais como serviços de estética, cultura, esporte e lazer foram restringidas.

Em termos de postos de trabalho, o setor mais afetado pela pandemia da Covid-19 foi o setor de serviços. No segundo trimestre de 2020, apenas em Santa Catarina, quase metade dos empregos perdidos no período pertenciam ao setor (IBGE apud. HEINEN e MATTEI, 2020). Constata-se também que os serviços no Brasil são movidos por significativa parcela de mão de obra com pouca ou nenhuma qualificação, além de um alto grau de informalidade e baixa produtividade (ARBACHE, 2015, p. 283-287). O setor contribui com 70% do PIB brasileiro e 60% do PIB catarinense, o restante se distribui entre a indústria e a agropecuária (IBGE, 2020b). Assim, a paralisia de um setor que é

responsável por mais de dois terços da geração de riquezas, cujos empregos são pouco estáveis, afeta direta e imediatamente toda a população brasileira.

Segundo a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2005a apud. IPEA, 2006, p. 15) o “crescimento da produtividade e do emprego é altamente dependente do sucesso das empresas de serviços, que são importantes agentes do crescimento econômico recente de muitas economias dos países associados àquela organização”. Uma explicação para a relevância do setor é a crescente globalização dos serviços. Há algumas décadas que empresas buscam fornecedores de serviços especializados nas cadeias globais com o intuito de terceirizar e baratear custos. “Essa dinâmica foi intensificada por mudanças tecnológicas, como a digitalização dos serviços e a emergência de redes de banda larga. O resultado é um crescimento significativo do comércio exterior em serviços” (IPEA, 2006, p. 18). Em 1993 o Brasil exportava U\$\$ 3,9 bilhões em serviços, em 2003 eram U\$\$ 9,6 bilhões (IPEA, 2006, p. 18). Após 20 anos, em 2013, foram U\$\$ 38 bilhões exportados, quase 10 vezes mais. Já em 2020, frente ao arrefecimento das economias em tempos pandêmicos, exportaram-se U\$\$ 28 bilhões, ao passo que as importações do setor também caíram; em 2013 eram U\$\$ 84 bilhões e em 2020 a Balança Comercial de Serviços mostra um fechamento com U\$\$ 48 bilhões importados. Em suma, um déficit de U\$\$ 46 bilhões em 2013 e de U\$\$ 20 bilhões em 2020 (CASTRO et. Al, 2020, p. 12)

A marca da recente expansão do setor de serviços é a incorporação de novas tecnologias nas telecomunicações, na criação de softwares, no desenvolvimento de plataformas online, serviços de design, engenharia, pesquisa e desenvolvimento, Tecnologia da Informação (TI), hospedagem de websites, bem como de serviços intensivos em conhecimento, tais quais os serviços informáticos, de consultoria e gestão, desenvolvimento de aplicações móveis, etc.

Considerando essas mudanças recentes, a importância do setor para o conjunto da economia do país e o fato de ser a atividade que mais gera empregos, o presente estudo apresenta os principais impactos da pandemia do coronavírus no volume de serviços no Brasil e, em particular, no estado de Santa Catarina. Para isso, são utilizados dados oficiais divulgados pelo IBGE por meio da Pesquisa Mensal de Serviços. Além desta breve introdução, o artigo está organizado em mais quatro seções. A primeira delas analisa o histórico e as particularidades do setor de serviços no Brasil, enquanto a segunda seção investiga o desempenho do setor entre 2011 e 2021, com foco especial no biênio

de pandemia. Já na terceira analisa-se o desempenho dos serviços no estado de Santa Catarina no período pandêmico. Finalmente, na quarta seção são apresentadas as considerações finais do trabalho, destacando-se as perspectivas para o setor no ano de 2022.

## **1. HISTÓRICO E PARTICULARIDADES DO SETOR DE SERVIÇOS NO BRASIL**

Para compreender o setor é necessário simplificar o significado de “serviços”. Segundo o Conselho Econômico Canadense (1991), uma definição mais plausível diz respeito às atividades que resultam de um processo em que produção e consumo são coincidentes no tempo e espaço. Em suma, “os serviços são intangíveis, intransferíveis, não estocáveis e culminam em contato direto entre produtores e consumidores” (ECC, 1991 apud. IPEA, 1998, p. 3).

Em 2003, sob o comando do presidente Luís Inácio Lula da Silva, o Brasil manteve a estabilidade macroeconômica, ao mesmo tempo em que foram implementadas novas políticas de estímulo ao investimento produtivo e à geração de emprego e renda. Auxiliadas pelo aumento de preços e aumento da demanda global por *commodities*, estas políticas baseadas em uma estratégia de estímulo ao consumo do mercado interno fizeram o país alcançar taxas de crescimento superiores aos dos países emergentes no quinquênio entre 2003 e 2008 (PEREIRA e MATTEI, 2015, p. 7).

A expansão do fornecimento de crédito tanto ao produtor como ao consumidor, por meio de empréstimos concedidos por bancos públicos, impulsionou a atividade econômica. No período entre os dois mandatos de Lula (2003-2010) foram criados 14 milhões de empregos formais. Apesar dos baixos salários pagos, a criação destes postos de trabalho contribuiu para reduzir o mercado de trabalho informal e a sua precariedade. Ainda, a política de aumento salarial conseguiu elevar em 60% o salário mínimo real. Neste mesmo período, a renda *per capita* brasileira aumentou de £118 para £165; a uma taxa de conversão de R\$ 4,66 em abril de 2015, o aumento percentual foi de 40% passando de R\$ 549,88 para R\$ 768,9 (CAMPELLO e NERI, 2014, p. 29 apud. PEREIRA e MATTEI, 2015, p. 7).

Poder-se-ia questionar a relação do aumento real de renda – que elevou o poder de compra da população - com o crescimento do setor de serviços. Mas, segundo Arbache (2012 apud. ARBACHE, 2015, p. 277), apesar da entrega de um cenário favorável em 2011, o “arranque do setor de serviços nas últimas décadas não resultou do aumento

significativo da renda média, mudança [...] da composição da demanda, crescimento industrial ou outros fatores [...] como acontecera em países industrializados”. Para o autor, o aumento da participação dos serviços no PIB deu-se pela perda de dinamismo de outros setores, pelo seu próprio crescimento vegetativo, pelo aumento da população urbana, pelo fato de que os custos econômicos de entrada e saída em termos de tecnologia, capital e força de trabalho são relativamente baixos no setor se comparados à indústria e à agropecuária. Além disso, para uma grande massa de trabalhadores não especializados, recém-chegados no mercado de trabalho em décadas de baixo crescimento (1980 e 1990), prestar serviços era a oportunidade de gerar renda mais acessível.

O processo de desindustrialização relativa que o país enfrenta desde a década de 1990, aliado a fatores como o processo de urbanização, às mudanças de hábitos da população, o crescimento populacional e o aumento da demanda por serviços - bem como o recente processo de digitalização dos serviços e migração para plataformas online que congregam serviços de entrega, vendas, novas *fintechs* bancárias, serviços de transporte, de educação, serviços de alimentação, fretamento, entre outros – fizeram aumentar a demanda por serviços.

Entre 1947 e 1985 o setor de serviços brasileiro contribuía com aproximadamente 50% do valor total do Produto Interno Bruto (PIB) (ARBACHE, 2015, p. 277). Desde então cresceu em ritmo acelerado até chegar em 2019 contribuindo com cerca de 73,3% do total do PIB. Pela ótica da oferta, o setor de serviços chegou a representar 72,7% do PIB em 2020 e 69,8% em 2021 (IBGE, 2021d).

O setor também lidera a geração de empregos. Segundo dados do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, (CAGED), em fevereiro de 2021 esse setor gerou 215.421, novos postos com carteira assinada, enquanto a indústria e agropecuária geraram 43.000 e 17.415 novos vínculos empregatícios, respectivamente. (Novo CAGED, 2022 apud. NASCIMENTO, 2022). Em termos percentuais, segundo o IBGE, o setor de serviços responde por 68% do emprego no país. Já em números absolutos, são mais de 55 milhões de brasileiros (IBGE, 2021 apud. MANS, 2021).

Torna-se importante pontuar que apesar da facilidade em iniciar um empreendimento no setor de serviços mais tradicionais, a diversidade do mesmo contempla desde organizações que demandam o uso da “força braçal” em atividades operacionais até os serviços de alta complexidade que demandam recursos tecnológicos e mão de obra especializada (IBGE, 2020a, p.7 apud. ELIAS et. Al, 2020, p. 37). Algumas

das mudanças mais recentes nas demandas por serviços aconteceram ao mesmo tempo em que a sociedade precisou consumir serviços à distância, de dentro de suas casas. Visando uma maior compreensão desse processo, analisam-se os dados das Pesquisas Mensais de Serviços (PMS) disponibilizados pelo IBGE abrangendo 166 tipos de atividades coletados junto às empresas com mais de 20 funcionários com carteira de trabalho assinada.

## **2. O SETOR DE SERVIÇOS NO PAÍS DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19**

As quedas da participação do setor de serviços no PIB registradas em 2020 (72,7%) e 2021 (69,8%) coincidem com os períodos de restrições aos serviços e isolamento social (IBGE, 2021b). Com base nas informações disponíveis, pode-se afirmar que a pandemia da COVID-19 foi o principal fator para tais quedas, não apenas pelas restrições e pelo isolamento social, mas também por suas consequências: quebra de empresas, perdas de postos de emprego, substituição da força de trabalho em função da digitalização visando o corte de custos, diminuição da renda para consumo e a paralisação durante meses, tanto de serviços privados como públicos.

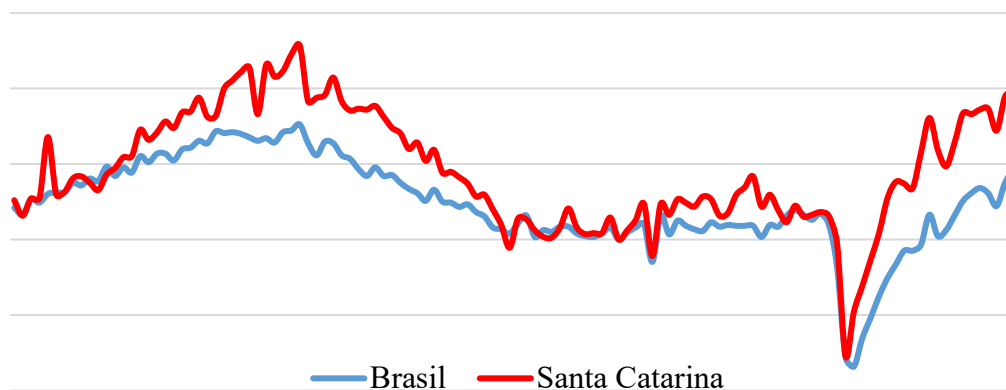
A Figura 1 apresenta a evolução do volume de serviços no Brasil e em Santa Catarina entre os anos de 2012 e 2021. No âmbito do país, observa-se que o pico de crescimento do setor ocorreu em novembro de 2014, quando o setor atingiu 125,7 pontos percentuais (p.p.). Em termos de trajetória, observa-se que ela foi ascendente entre janeiro de 2012 e dezembro de 2014, seguida por quedas contínuas até o final de 2016, devido à crise que afetou o conjunto das atividades econômicas do país. Entre 2017 e início de 2020, o setor apresentou um processo de estagnação, o qual foi seguido por uma queda abrupta a partir de março de 2020, quando teve início a pandemia. A recuperação teve início a partir do mês de maio/2020, sendo que a mesma se consolidou a partir do mês de janeiro de 2021.

Já no caso particular de Santa Catarina, nota-se que o estado seguiu praticamente a mesma trajetória nacional, porém pontuando ligeiramente acima da média do país em todo o período entre o período 2012-2020. Todavia, vale mencionar que a diferença principal ocorreu durante a pandemia, uma vez que o processo de recuperação do setor no estado catarinense se situou bem acima da média nacional.

É importante ressaltar que os resultados negativos apresentados até fevereiro de 2020 não decorreram das medidas de isolamento social, mas sim da desaceleração do setor frente ao avanço obtido ao final de 2019 (IBGE, 2020c apud. ELIAS et. Al, 2020,

p. 37). Este último movimento excepcional em forma de “V” visto na Figura 1 é antecedido por um triênio (2017-2019) de expansões e retrações pouco expressivas, sem uma amplitude significativa entre picos e quedas. Com isso, no cenário brasileiro tal amplitude não passou de 6 p.p, enquanto em Santa Catarina a diferença mais significativa ocorreu entre maio de 2018 e maio de 2019, com um total de 10,54 p.p. Em outros termos, a conjuntura de expansão do volume de serviços previamente à pandemia já não era favorável, uma vez que após a crise de 2015-16 o setor seguiu uma trajetória de estagnação.

**Figura 1** – Índice do volume de serviços no Brasil e em Santa Catarina na última década (2018 = 100, com ajuste sazonal)



Fonte: PMS-IBGE; elaborado pelos autores.

No último biênio, percebeu-se que no âmbito do país o setor se recuperou exatamente após um ano de pandemia, uma vez que em fevereiro de 2021 marcou 103,3 p.p., patamar que ficou 0,8 p.p. acima do resultado de fevereiro de 2020 (102,05). Apesar de novas quedas nos meses de março, abril e outubro de 2021, o setor seguiu crescendo. É importante frisar que essas quedas registradas no ano de 2021 aconteceram nos mesmos meses em que o país atingiu o auge de mortes por Covid-19, particularmente em março e abril. Diante de tal cenário, novas restrições foram impostas para conter as mortes diárias que passaram de 4.000 em abril (USP-FMRP, 2021). Cabe aqui uma menção especial à Santa Catarina, unidade federativa que iniciou sua trajetória de recuperação mais precocemente e em um ritmo mais acelerado, comparativamente à média do país. Com isso, ainda em setembro de 2020, os serviços no estado já se encontravam 2,3 p.p. acima do nível pré-pandêmico.

A variação anual acumulada exposta na Tabela 1 corrobora ainda mais as análises anteriores. Após o pico de crescimento em 2014, os resultados do triênio 2015-2017 são



todos negativos para ambas os territórios, sendo que Santa Catarina voltou a crescer em 2018, enquanto o setor no país continuou estagnado. Já em 2019 se notou uma pequena recuperação, uma vez que as taxas de crescimento não passaram de 1,2 p.p. Com o início da pandemia no ano seguinte (2020), a queda para o conjunto do país foi de -7,8%, patamar que é praticamente o dobro da queda catarinense (-3,9%). A recuperação só aconteceria em 2021, porém em percentuais bem distantes dos bons resultados registrados até 2014.

**Tabela 1** – Variação anual acumulada (%) do volume de serviços no Brasil e em Santa Catarina entre 2012 e 2021 (2014 = 100, com ajuste sazonal)

Ano	Brasil	Santa Catarina
2012	4,3	3,3
2013	4,1	6,6
2014	2,5	6
2015	-3,6	-3,5
2016	-5,0	-8,2
2017	-2,8	-5,3
2018	0	1,7
2019	1	1,2
2020	-7,8	-3,9
2021	10,9	14,8

Fonte: PMS-IBGE; elaborada pelos autores.

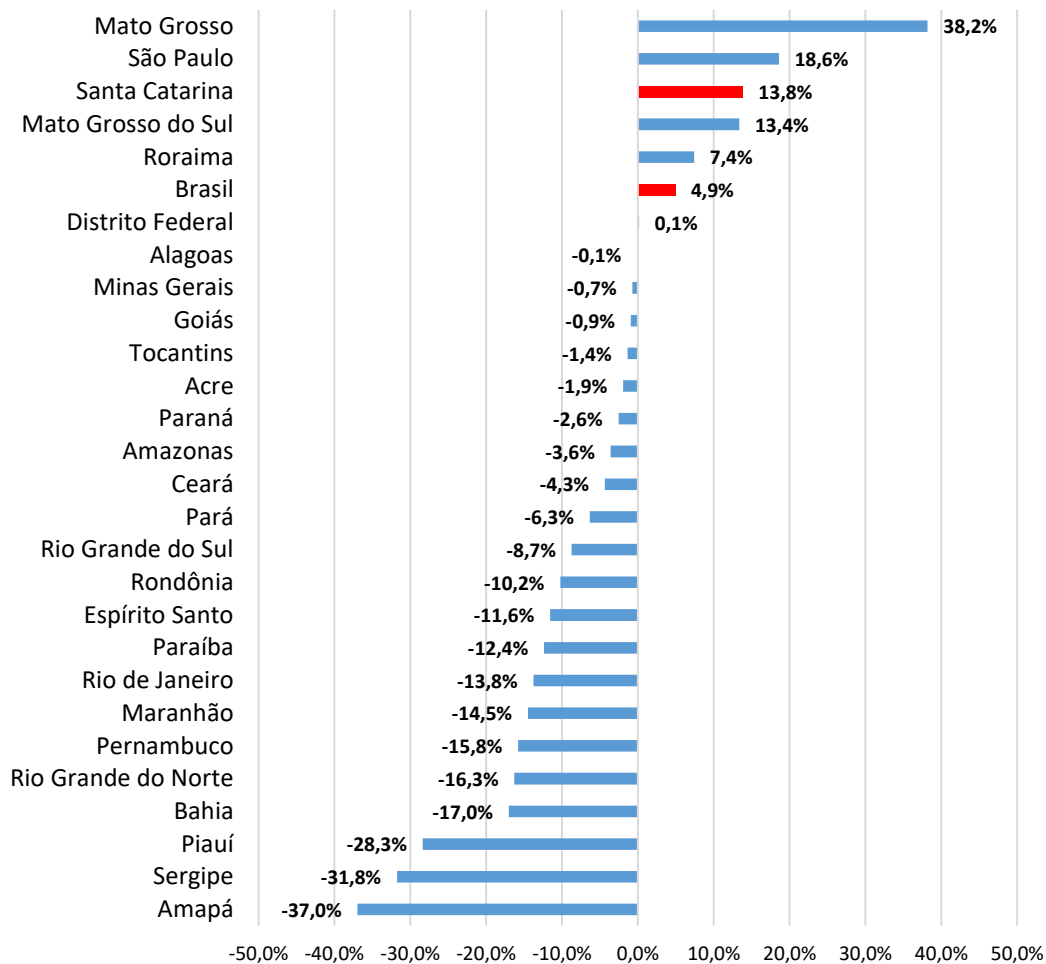
Em grande medida, a recuperação observada em 2021 pode ser creditada aos incentivos governamentais destinados às empresas e às famílias, destacando-se o Programa de Auxílio Emergencial e o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (PRONAMPE). Com isso, o saldo se tornou positivo no segundo ano da pandemia, tanto no país como em Santa Catarina. O resultado é que em dezembro/21 o desempenho do setor, em ambos os casos, estava muito próximo do recorde histórico registrado no ano de 2014.

A Figura 2 mostra as taxas de crescimento de cada unidade da federação entre 2012 e 2021, destacando-se que o Brasil tem um crescimento acumulado de 4,9%, enquanto Santa Catarina cresceu 13,8%, ficando atrás apenas de São Paulo (18,6%) e Mato Grosso (38,2%). Além desses estados, nota-se que apenas mais três unidades federativas tiveram superávits no intervalo considerado: Distrito Federal (0,1%), Roraima (7,4%) e Mato Grosso do Sul (13,4%). Todos os demais estados tiveram resultados negativos nesse mesmo período, destacando-se os casos do Amapá (-37%), Sergipe (-31,8%) e Piauí (-28,3%) que apresentaram os piores resultados dentre todas as unidades



federativas. Além desses, Bahia (-17%), Rio de Janeiro (-13,8%) e Rio Grande do Sul (-8,7%) também tiveram resultados deficitários no período.

**Figura 2** – Variação (%) do volume de serviços no Brasil e suas unidades federativas entre 2012 e 2021 (2018 = 100, com ajuste sazonal)



Fonte: PMS-IBGE; elaborado pelos autores.

Quanto aos destaques positivos, principalmente de Santa Catarina e de São Paulo, é bastante provável que esses desempenhos tenham compensados os resultados negativos das demais unidades da federação. Isto porque, em 2019, SP e SC representavam, respectivamente, a primeira e a sexta maiores economias do país, sendo que o primeiro contribuía com mais de R\$ 2,3 trilhões do PIB, enquanto o segundo estado participava com R\$ 323 bilhões (IBGE, 2021d). Além disso, deve-se mencionar também o maior superávit percentual registrado no estado do Mato Grosso.

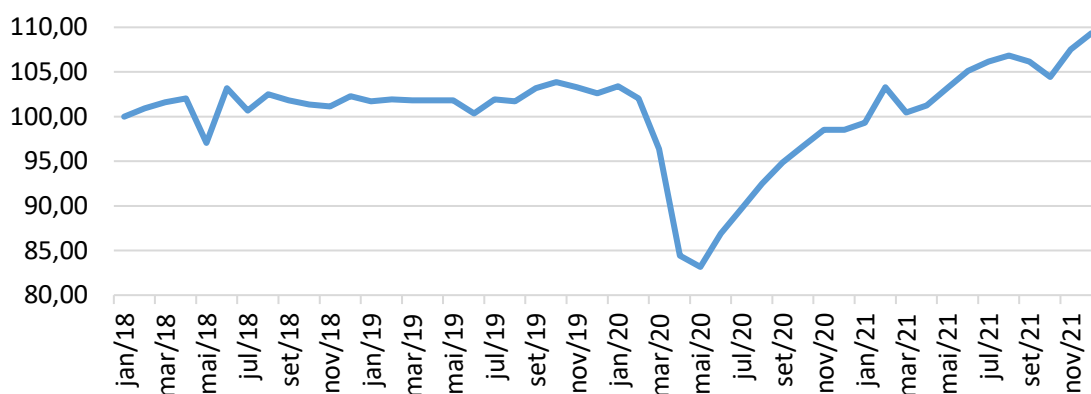
Desde o primeiro caso de Covid-19 identificado em São Paulo no mês de fevereiro de 2020 observou-se uma queda súbita do volume de serviços a partir do referido mês, sendo que essas quedas passaram a ser contínuas até maio/20. Desta forma, verifica-se

que durante quatro meses (fevereiro a maio) ocorreram resultados negativos, sendo que abril/20 ficou marcado como o mês com a maior queda ao longo de todo o biênio, ou seja, -12,4%. Isto ocorreu porque, conforme a pandemia se expandia, novas restrições eram necessárias em todas as unidades federativas para conter a doença.

A Figura 3 exemplifica bem o momento dos maiores impactos da Covid-19 na economia, bem como sua posterior recuperação. A linha da série com ajuste sazonal forma um “V” com seu ponto mais baixo perto do fim do primeiro semestre, em maio de 2020. Na sequência teve início um período de recuperação que perduraria até fevereiro do ano seguinte. Após registrar pequenas oscilações negativas nos dois meses seguintes, o setor voltou a se recuperar e fecho o ano de 2021 em expansão.

Um olhar sobre a tendência ao longo de todo o período pandêmico revela que a recuperação iniciada em junho de 2020 foi perdendo força até dezembro do mesmo ano quando a variação mensal foi nula. Já em 2021 o setor seguiu crescendo mensalmente, porém com resultados negativos em março (-2,8%), setembro (-0,6%) e outubro (-1,6%). Os melhores resultados registrados em 2021 ocorreram nos meses de fevereiro (4%) e novembro (2,9%). Em síntese, no segundo ano da pandemia foram registradas três variações mensais negativas, três variações abaixo de 1% e seis variações positivas acima de 1%.

**Figura 3** – Índice do volume de serviços no Brasil entre 2018 e 2021 (2018 = 100, com ajuste sazonal)



Fonte: PMS-IBGE; elaborado pelos autores.

Na comparação com o mesmo mês do ano anterior, a profunda retração enfrentada em 2020 fica ainda mais evidente. Após fevereiro todos os resultados são negativos com um pico de -19,3% em maio/20. Apesar da variação anual de 2018 ter sido nula e a de 2019 ter sido de apenas 1%, percentuais que configuraram um cenário de estagnação, o primeiro ano de pandemia conseguia ser ainda pior. Em suma, ao final do ano de 2020

as perdas acumuladas eram de -7,8%. Já o ano 2021 apresentou resultados positivos bem expressivos, o que já era previsto em virtude da base de comparação (mesmo mês do ano anterior) ser majoritariamente deficitária, conforme indicadores já mencionados.

A terceira coluna da Tabela 2 apresenta o acúmulo das perdas entre março/20 e março do ano seguinte. O segundo ano fecha com um resultado positivo de 10,9% que eclipsa o resultado negativo de -7,8% de 2020. E se considerarmos os 12 meses anteriores, verifica-se que a economia do setor de serviços só começou a mostrar alguma reação positiva em junho de 2021. Na verdade, essa reação positiva foi ganhando força em função da demanda reprimida, especialmente no ano anterior. Com isso, o segundo ano da pandemia se encerrou com o maior superávit desde que o IBGE iniciou a publicação da PMS.

**Tabela 2** – Variação (%) do volume de serviços prestados no Brasil na pandemia (2014 = 100)

Mês	No mês (com ajuste sazonal)	Mesmo mês ano anterior	Acumulado Anual	Acumulado em 12 meses
janeiro 2020	0,8	1,6	1,6	1
fevereiro 2020	-1,3	0,6	1,1	0,7
março 2020	-5,6	-2,8	-0,2	0,7
abril 2020	-12,4	-17,3	-4,5	-0,6
maio 2020	-1,5	-19,3	-7,6	-2,6
junho 2020	4,5	-12,2	-8,4	-3,4
julho 2020	3,1	-12	-8,9	-4,5
agosto 2020	3,2	-10	-9	-5,3
setembro 2020	2,6	-7	-8,8	-6
outubro 2020	1,9	-7,4	-8,7	-6,8
novembro 2020	1,9	-5	-8,3	-7,4
dezembro 2020	0	-3,1	-7,8	-7,8
janeiro 2021	0,8	-5	-5	-8,4
fevereiro 2021	4	-1,8	-3,5	-8,6
março 2021	-2,8	4,6	-0,8	-8
abril 2021	0,8	20,1	3,8	-5,3
maio 2021	1,9	23,3	7,3	-2,1
junho 2021	1,9	21,1	9,5	0,4
julho 2021	1	17,8	10,7	2,9
agosto 2021	0,6	16,6	11,4	5,1
setembro 2021	-0,6	11,5	11,5	6,8
outubro 2021	-1,6	7,3	11	8,1
novembro 2021	2,9	10,2	10,9	9,5
dezembro 2021	1,7	10,9	10,9	10,9

Fonte: PMS-IBGE; elaborado pelos autores.

Pelas informações da Tabela 3 constata-se que em março e abril de 2020 todas as subdivisões do setor de serviços tiveram decréscimos. Todavia, as maiores quedas se concentraram nos serviços prestados às famílias com -32,2% e -43,7% respectivamente nesses dois meses. No total o déficit atingiu -12,4%, sendo que os serviços de transporte e correio diminuíram -18,9%, os serviços profissionais, administrativos e complementares caíram -10,8%, outros serviços pontuaram negativamente -9,5% e, com a menor queda ficaram os serviços de informação e comunicação (-3,2%). Esses dois últimos subsetores, juntamente com o subsetor de serviços de transportes e correio, assumiram a dianteira da retomada do setor como um todo. Percebe-se que em 2020 eles apresentam as menores quedas e em 2021 são as atividades que apresentaram os maiores ganhos percentuais depois dos serviços prestados às famílias.

Estes dois subsetores (serviços de informação e comunicação e outros serviços) se recuperaram e continuaram crescendo após fevereiro de 2021; são os setores que, como percebido pela mudança na dinâmica do consumo e da demanda por transportes e correios, se expandiram por necessidade de se evitar contato físico. Os prestadores de serviços entenderam a primordialidade de integrar seus serviços presenciais com plataformas online, além da necessidade de expansão dos serviços de entrega rápida. Em 2022, grande parte das compras, tanto microempresas como de grandes conglomerados, está sendo feitas online, uma vez que a adaptação às novas exigências sanitárias, a reformulação dos canais de venda, o atendimento ao cliente por redes sociais, aplicativos de mensagens, a automatização do atendimento por *chatbots*, a diminuição drástica dos custos operacionais com força de trabalho, foram essenciais para que estes subsetores crescessem. A incessante busca por serviços de T.I pode fornecer uma ideia da razão de ainda haver crescimento em meio à crise econômica que o Brasil atravessa.

É visível a retração da divisão de serviços prestados às famílias. Ela engloba desde alojamento e alimentação até os serviços de atividades esportivas, de educação não continuada, serviços culturais, de recreação e lazer, bem como serviços de hotéis, restaurantes, bufês, lavanderias, salões de beleza, ensino de idiomas, teatro e espetáculos em geral, até mesmo casas de bingo, serviços de sorteios via televisão, telefone, rádio, internet, academias, centros de condicionamento físico, bem-estar e práticas desportivas e etc. Assim, é claro que a maior parte destas atividades depende das relações presenciais, as quais foram afetadas pelas restrições ao funcionamento dos serviços (IBGE, 2022b).

**Tabela 3** – Variação mensal e acumulado anual (%) no volume das atividades de serviços prestados no Brasil (2014 = 100)

Mês	Total	Serviços Prestados às Famílias	Serviços de Informação e Comunicação	Serviços Profissionais Administrativos Complementares	Serviços de Transporte Auxiliares e Correio	Outros Serviços
janeiro/20	0,8	1,8	0	-1,2	0,6	2,6
fevereiro/20	-1,3	-0,9	-0,8	-0,6	-0,6	1
março/20	-5,6	-32,2	-1,4	-3,1	-4,9	-2,2
abril/20	-12,4	-43,7	-3,2	-10,8	-18,9	-9,5
maio/20	-1,5	11,7	-1,8	-2,4	3,5	-3,7
junho/20	4,5	11,5	2,9	1,2	6	8,3
julho/20	3,1	-7,6	2,1	1,5	3,9	4
agosto/20	3,2	31,8	-1	2,4	3,4	1,8
setembro/20	2,6	10,4	2,4	0,8	2,9	6
outubro/20	1,9	5,8	1,9	1,7	1,5	-2,5
novembro/20	1,9	7,6	0,2	2,9	2	1,1
dezembro/20	0	-2,1	0,6	-1,2	-0,8	3,6
<b>Acumulado Anual (dez)</b>	<b>-7,8</b>	<b>-35,6</b>	<b>-1,6</b>	<b>-11,4</b>	<b>-7,6</b>	<b>6,8</b>
janeiro/21	0,8	-0,5	-0,1	2,4	2,6	-9
fevereiro/21	4	7,8	0,6	3	4,8	5,2
março/21	-2,8	-28	2,1	-0,8	-1,5	3,1
abril/21	0,8	9,5	2,5	-0,5	0,2	-0,8
maio/21	1,9	18,4	-0,6	2,1	4	0,7
junho/21	1,9	8,1	2,5	1,3	1,5	2,2
julho/21	1	2,5	-0,6	0,7	-0,4	-0,4
agosto/21	0,6	4,3	1,3	-1	1	2,5
setembro/21	-0,6	1,6	-0,8	-0,4	-1,8	-6,4
outubro/21	-1,6	1,8	-1,7	-2,6	-0,2	-6,6
novembro/21	2,9	2,4	4,7	1,3	2,5	4,3
dezembro/21	1,7	0,7	-0,3	3,3	2,6	1,4
<b>Acumulado Anual (dez) (dez)</b>	<b>10,9</b>	<b>18,2</b>	<b>9,5</b>	<b>7,4</b>	<b>15,2</b>	<b>5</b>

Fonte: PMS-IBGE; elaborado pelos autores.

Outro ponto importante a se notar é o setor de outros serviços que apresentou quedas de março a maio de 2020 e de setembro a outubro de 2021, mas no balanço geral do acumulado anual terminou com saldos positivos de 6,8% e 5%, respectivamente. Tais atividades englobam compra, venda e aluguel de imóveis, administração de: condomínios, centros comerciais e outros imóveis, de bolsas de mercados, intermediação em transações de títulos, valores mobiliários e mercadorias, manutenção e reparação de veículos automotores, de equipamentos eletroeletrônicos administração de fundos por contrato ou comissão, corretagem de seguros, previdência complementar e planos de

saúde, entre outros (IBGE, 2022b).

A Tabela 4 apresenta a comparação do mês em relação ao mesmo mês do ano anterior. Neste caso, nota-se que as maiores retrações ocorreram no subsetor de serviços prestados às famílias, sendo que em abril/20 atingiu a marca de -65,3%.

**Tabela 4** – Variação (%) comparada com o mesmo mês do anterior no volume das atividades de serviços e suas subdivisões para o Brasil (2014 = 100)

Mês	Total	Serviços Prestados às Famílias	Serviços de Informação e Comunicação	Serviços Profissionais Administrativos Complementares	Serviços de Transporte Auxiliares e Correio	Outros Serviços
janeiro/20	1,6	0,2	2	0	1	9,7
fevereiro/20	0,6	3,4	-0,4	-3,4	1,6	9,3
março/20	-2,8	-33,5	-0,2	-3,7	0,4	14
abril/20	-17,3	-65,3	-4,7	-17,5	-21,2	0,8
maio/20	-19,3	-61,6	-8,9	-21,3	-20,5	-7,3
junho/20	-12,2	-57,5	-3	-15,9	-11,3	4,1
julho/20	-12	-55	-2,5	-14,7	-11,6	4,5
agosto/20	-10	-43,9	-4	-14,1	-8,4	7,1
setembro/20	-7	-36,4	-0,8	-13,3	-5,9	13,2
outubro/20	-7,4	-29,9	0	-13,4	-8,1	8,6
novembro/20	-5	-26,1	1,3	-10,4	-4,7	7,3
dezembro/20	-3,1	-25,3	1,8	-7,6	-2	9,6
janeiro/21	-5	-28	1,5	-7,8	-3,8	-2,9
fevereiro/21	-1,8	-28,3	2,7	-2,3	0,1	1,2
março/21	4,6	-17,1	6,3	1	8,8	6,6
abril/21	20,1	65,8	12,8	12,2	31	17
maio/21	23,3	76,9	14,1	16,3	32,6	22,2
junho/21	21,1	72,9	13,8	16,6	27,7	15,5
julho/21	17,8	76,1	11,2	14,4	21	11,1
agosto/21	16,6	42,2	13,6	12,8	19,3	11,6
setembro/21	11,5	32,7	10,2	10	13,7	-1,6
outubro/21	7,3	24,6	6,4	4,7	9,9	-6,2
novembro/21	10,2	20,7	11,2	5,1	13,7	-3
dezembro/21	10,9	21,6	10,2	8,5	15,7	-4,6

Fonte: PMS-IBGE; elaborado pelos autores.

Note que entre março de 2020 e o mesmo mês de 2021 praticamente todas as variações são negativas abaixo de -30%. Consequentemente, em maio, junho e julho de 2021 as variações positivas marcam superávits acima dos 70%, mas perderam força até

chegarem em 21,6% em dezembro daquele ano. O mesmo movimento, com diferentes percentuais, acontece com os demais subsectores: uma queda iniciada conjuntamente à pandemia (fevereiro/março) que dura em torno de um ano e volta a crescer em março de 2021 perdendo força a partir de agosto/setembro do mesmo ano. As exceções são outros serviços e os serviços de informação e comunicação. Estes últimos já começaram a retomar o crescimento em novembro de 2020 e seguiram crescendo com consistência até o fim de 2021.

Analisando a porcentagem de crescimento entre os cinco subsectores de serviços, apenas os prestados às famílias regrediram. A Figura 4, elaborado a partir do número índice do volume de serviços, mostra uma retração de -12% até dezembro de 2021. Outro subsector de baixo crescimento é o de serviços profissionais, administrativos e complementares também afetados pela impossibilidade de comparecimento presencial de seus clientes. Fora isto, a popularização do teletrabalho e a flexibilização de contratos empregatícios contribuíram igualmente para a transformação das atividades laborais antes exercidas dentro dos escritórios. Durante o período de isolamento diversas empresas fecharam seus escritórios a fim de cortar custos fixos com aluguel, energia, água, internet, reparos, etc. e custos variáveis com força de trabalho. Por que não o fariam, tendo a possibilidade do *home office* na pauta?

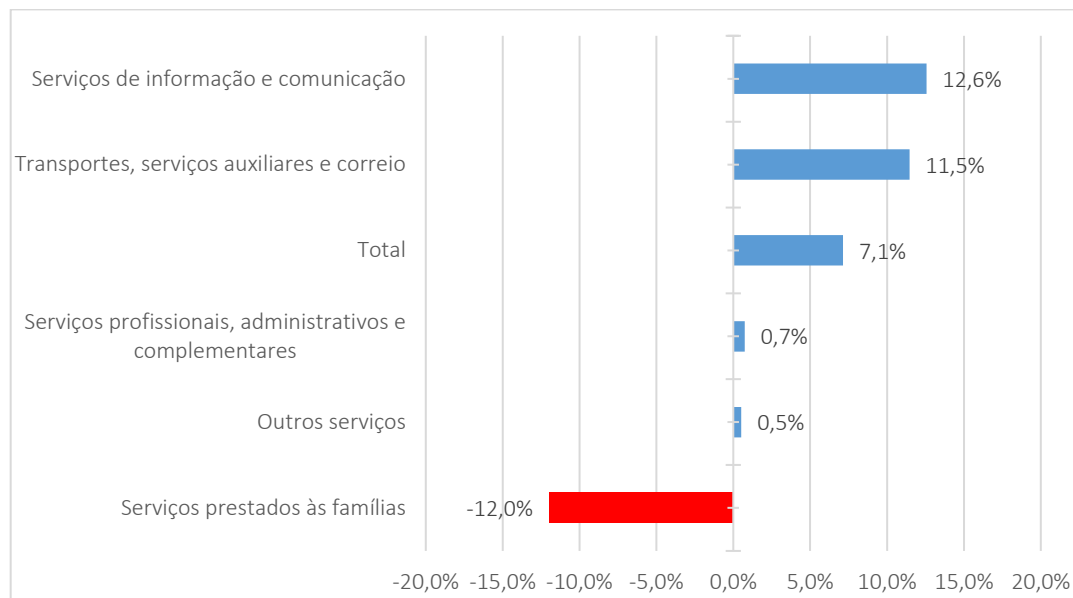
Desde as atividades jurídicas, arquitetônicas, de engenharia, publicidade, auditoria, contabilidade, consultoria, pesquisa de mercado, testes e análises técnicas, design e decoração de interiores, fotografia, aluguéis de imóveis, de objetos, de máquinas, gestão de ativos, até os serviços de mão-de-obra na construção, de limpeza, de investigação, de segurança, de transporte de valores, serviços de agências de viagens, de operadores turísticos, telemarketing, recursos humanos, etc. passaram a ser exercidos de casa ou de forma híbrida resultando em déficits do subsector que passa a necessitar de menos força de trabalho e ao invés de se expandir, retrai em todo o período até março de 2021 quando cresce 1%.

A Figura 4 também mostra os bons resultados dos serviços de informação e comunicação e dos serviços de transporte e correio e que cresceram 12,6% e 11,5% nesta ordem. Estes dois últimos não apenas obtiveram destaque pelo crescimento, mas por sua recuperação já ter ultrapassado os valores de fevereiro de 2020. Aqueles primeiros marcam 13,34 p.p. acima do nível pré-pandemia, enquanto os transportes e correios estão 9,86 p.p. acima daquele nível até dezembro do ano passado; já os serviços prestados às



famílias operam a 11,86 p.p abaixo e os serviços administrativos, auxiliares e profissionais seguem operando 0,24 p.p. abaixo do nível de fevereiro de 2020.

**Figura 4** – Variação (%) do volume dos subsetores de serviços entre fevereiro de 2020 e dezembro de 2021 no Brasil (2014 = 100)



Fonte: PMS-IBGE; elaborado pelos autores.

### 3. HISTÓRICO E DESEMPENHO DO SETOR DE SERVIÇOS CATARINENSE DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

Entre 1939 e 1998 o PIB catarinense aumentou em quase 70% a sua participação no PIB nacional: de 2,2% do total passou a contribuir com 3,7%. Além disso, entre 1971 e 1997 a média de crescimento do PIB barriga verde sempre esteve acima da média nacional. Durante a “década perdida”, enquanto o Brasil obteve uma média de crescimento de 2%, a economia catarinense cresceu 5,3%. Um resultado ainda mais eloquente é foi o dos serviços prestados que aumentaram em 80% sua participação no PIB nacional do setor, saltando de 1,5% para 2,7% entre 1939 e 1995 (GOULARTI F., 2001, p. 279). E se na metade do século XX o setor de serviços catarinense correspondia com apenas 30% do produto total, no início dos anos 2000 esse percentual chega próximo dos 60% (GOULARTI F., 2001 apud. ELIAS et Al, p. 45).

Ainda que com uma população estimada de 7.388.473 habitantes (IBGE, 2021a) e ocupando apenas 1,13% do território nacional (GOULARTI F., 2010, p. 55), Santa Catarina contribuiu com um valor R\$ 323.263.857,00 do PIB brasileiro (IBGE, 2021d). Este resultado coloca o estado entre as seis maiores economias do país. Um salto expressivo para o estado que em 2008 ocupava a sétima posição (GOULARTI F., 2010,

p. 55). Em 2019 o estado contribuiu com 4,2% do PIB nacional no setor de serviços, arrecadando R\$ 82,5 bilhões (IBGE, 2021c).

Santa Catarina possui uma economia diversificada e fortemente regionalizada, fazendo com que a distribuição do PIB estadual por mesorregião auferida em 2017 revela que o estado passou de fato por um processo de descentralização das atividades produtivas (MATTEI e LINS, 2010). Segundo os dados do IBGE sistematizados por Munaro (2022) no ano de 2018 o Vale do Itajaí respondia por 30,11% do PIB, enquanto a região Norte contribuía com 22,24%; o Oeste com 16,75%; a Grande Florianópolis com 15,18%; o Sul com 11,11% e a região Serrana com 4,61%.

Mesmo diante de uma expressiva diversidade produtiva regional, observa-se que, em termos setoriais, o setor de serviços continuava respondendo por 67,9% do PIB estadual, enquanto o restante era dividido entre a indústria (26,8%) e a agropecuária (5,3%). Decorre daí a grande importância do setor terciário na dinâmica e evolução da socioeconomia catarinense.

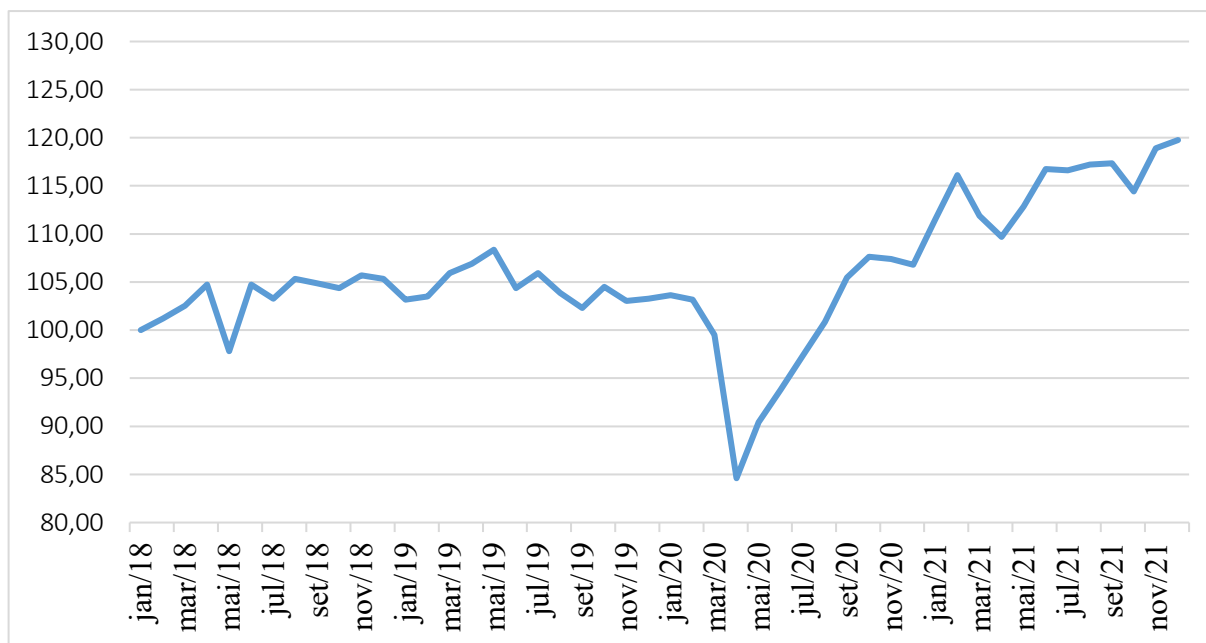
A Figura 5 mostra a queda e recuperação do setor de serviços entre os meses de fevereiro/20 e setembro do mesmo ano. Após pouco mais de um semestre, SC já tinha conseguido recuperar as quedas decorrentes da chegada da pandemia, destacando-se que os maiores impactos no setor ocorreram entre os meses de março e maio/20. Após essa breve recuperação, entretanto, novas quedas foram registradas nos meses de novembro e dezembro de 2020 e nos meses de março, abril, julho e outubro de 2021. Como pode ser na Tabela 3, tais quedas acabaram sendo mais frequentes em SC, comparativamente às quedas mensais do conjunto do país.

Após a recuperação inicial, quedas sucessivas tomaram lugar no ano de 2021, embora alguns meses tenham apresentado superávits bastante positivos: janeiro (4,4%), fevereiro (4,1%), maio (2,9%) e junho (3,4%). Todavia, no último semestre de 2021 as variações mensais, ou são negativas, como julho (-0,1%) e outubro (-2,5%), ou são positivas, mas abaixo de 1%, como em agosto (0,5%), setembro (0,1%) e dezembro (0,7%). Portanto, apesar da recuperação até o mês de setembro de 2020, pode-se afirmar que a mesma perdeu fôlego no ano de 2021, especialmente nos últimos seis meses.

Esta perda de fôlego no último semestre, tanto no Brasil quanto em Santa Catarina pode ser vista conjuntamente com a elevação da taxa básica de juros da economia, a Selic, que chegou a 11,75% em fevereiro/21. Ao mesmo tempo, tem-se o descumprimento das metas de inflação que, segundo o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), já está

em 10,45% (COPOM, 2022). Todos esses fatores contribuem para a corrosão do poder de compra da maior parte da população brasileira que gasta quase todos os seus ganhos monetários com consumo de itens de primeira necessidade: alimentação, habitação, transporte e demais contas domésticas (água, energia, internet, etc.) que aumentaram expressivamente no ano de 2021 e seguiram aumentando em 2022.

**Figura 5** – Volume de serviços prestados em Santa Catarina entre 2018 e 2021 (índice base fixa com ajuste sazonal, 2018=100)



Fonte: PMS-IBGE; elaborado pelos autores.

Na comparação com o mesmo mês do ano anterior percebe-se que já em setembro/20 os resultados voltaram a crescer. Para aclarar esta relação percebe-se que em abril/20 houve a maior retração do período (-20,7%), enquanto em abril/21 ocorreu o maior crescimento (2,3%). Todavia, deve-se registrar que diante de uma base de comparação fraca, os resultados comparados posteriormente acabam se destacando.

No acumulado anual até dezembro de 2020 todos os resultados mensais são negativos, exceto para janeiro e fevereiro/20. Com isso, o primeiro ano da pandemia fechou em queda de -3,9%. Já em 2021 todos os resultados são positivos com destaque para o acumulado de julho (17,2%). Com isso, o ano fechou no patamar de 14,8%, indicando que, apesar de algumas oscilações mensais, o ano de 2021 finalizou com saldo positivo, inclusive acima dos percentuais nacionais.

**Tabela 5** – Variação (%) do volume de serviços prestados em Santa Catarina durante a pandemia (2014 = 100)

Mês	No mês (com ajuste sazonal)	Mesmo mês ano anterior	Acumulado Anual	Acumulado em 12 meses
janeiro 2020	0,4	1,5	1,5	1,1
fevereiro 2020	-0,5	1,2	1,3	0,9
março 2020	-3,5	-5,2	-0,9	0,4
abril 2020	-15	-20,7	-6	-1,5
maio 2020	6,9	-18,7	-8,6	-4
junho 2020	3,8	-8,6	-8,6	-4,6
julho 2020	3,7	-7,4	-8,4	-5,5
agosto 2020	3,6	-4	-7,9	-5,6
setembro 2020	4,6	3,8	-6,6	-5,2
outubro 2020	2,1	2,5	-5,7	-5
novembro 2020	-0,2	4,4	-4,8	-4,4
dezembro 2020	-0,6	4,7	-3,9	-3,9
janeiro 2021	4,4	5,3	5,3	-3,6
fevereiro 2021	4,1	10	7,6	-2,9
março 2021	-3,7	13,1	9,4	-1,4
abril 2021	-2	29,3	13,7	2,3
maio 2021	2,9	24	15,6	5,8
junho 2021	3,4	24,6	17,1	8,4
julho 2021	-0,1	17,9	17,2	10,6
agosto 2021	0,5	17,2	17,2	12,4
setembro 2021	0,1	11,9	16,6	13,1
outubro 2021	-2,5	5,5	15,3	13,4
novembro 2021	3,9	11,6	14,9	14
dezembro 2021	0,7	13,2	14,8	14,8

Fonte: PMS-IBGE; elaborado pelos autores.

A Tabela 6 apresenta a variação do volume das atividades dos diversos serviços prestados. Inicialmente, percebe-se que o destaque de recuperação e de crescimento decorre, fundamentalmente, do desempenho dos serviços de transporte, serviços auxiliares aos transportes e serviços de correios. Esse subsetor teve a menor queda no ano de 2020 (-1,7%) e no ano seguinte conquistou o primeiro lugar no ranking com o maior crescimento entre os cinco subsetores (8,6%).

Por outro lado, nota-se que o subsetor de serviços prestados às famílias apresentou resultados negativos por um longo período e com percentuais negativos bastante elevados entre os meses de março/20 e março/21, sendo que a recuperação efetiva só foi ocorrer a partir de abril/21. Sem dúvida alguma, esse subsetor foi o mais afetado pela pandemia. Pela série histórica da PMS do IBGE, base 100 = 2014, em fevereiro de 2020 esse subsetor marcou 91,8 p.p. e dois anos depois (fevereiro/22), marcou 80,9 p.p. Isso

significa que nos primeiros meses de 2022 os serviços prestados às famílias ainda estava 10,9% abaixo do nível pré-pandêmico. Ou seja, dentre os cinco subsetores que compõem a PMS do IBGE, apenas esse continua tendo um desempenho abaixo do nível pré-pandemia.

Outro subsetor bastante afetado pela pandemia foi o de Serviços profissionais, administrativos e complementares, uma vez que entre abril e junho/20 teve fortes quedas. A partir de julho/20 até agosto/21 ocorreu um crescimento expressivo. Todavia, a partir de setembro/21 o subsetor entrou em estagnação para, posteriormente (outubro a dezembro/21), voltar a apresentar elevados percentuais negativos. Mesmo assim, em fevereiro/22 esse subsetor apresentou um índice de 82,7 p.p., patamar superior ao valor registrado no período pré-pandêmico (fevereiro de 2020, com 80,4 p.p.).

Considerando-se os percentuais acumulados anuais, percebe-se que no primeiro ano da pandemia (2020) apenas “outros serviços” e os “serviços profissionais, administrativos e complementares” não apresentaram saldos negativos, destacando-se negativamente a expressiva queda do subsetor “serviços prestados às famílias” (-26,3% no acumulado em 2020). Já no ano de 2021 todos os subsetores apresentaram resultados acumulados positivos.

De acordo com os dados do IBGE (2022a), entre março de 2021 e fevereiro de 2022, SC acumulou uma variação positiva total de 13,8% no volume geral de serviços prestados, percentual que foi fortemente influenciado pelos bons resultados do subsetor de serviços prestados às famílias, que obteve o melhor desempenho dentre todos os demais subsetores no período considerado. Por fim, cabe destacar que o subsetor “Serviços profissionais, administrativos e complementares”, o único com saldo positivo em 2020, vem apresentando resultados negativos desde outubro de 2021, chegando a atingir -19,6 p.p. em fevereiro de 2022 (IBGE, 2022a).

Em uma década (2010-2019) Santa Catarina criou 29 mil empresas de serviços, atingindo o sexto melhor desempenho nacional na abertura de novos negócios não financeiros. No final do período, um total de 88,4 mil empresas de serviços empregavam 635 mil pessoas; a média era de 2,04 salários mínimos por pessoa, a quarta maior do país. Além disso, entre os estados da região Sul, a contribuição de SC no setor foi a que mais cresceu na década considerada ao avançar 4 p.p. chegando a 27,2% do total (IBGE, 2021c).

**Tabela 6** – Variação mês/mesmo mês do ano anterior e acumulado anual (%) no volume das atividades de serviços prestados em Santa Catarina (2014 = 100)

Mês	Total	Serviços Prestados às Famílias	Serviços de Informação e Comunicação	Serviços Profissionais Administrativos Complementares	Serviços de Transporte Auxiliares e Correio	Outros
janeiro/20	1,5	1,4	0,5	0,4	2,8	0,8
fevereiro/20	1,2	14,3	-3	1,8	0,3	2,3
março/20	-5,2	-37,2	-9,8	2,9	3	18,1
abril/20	-20,7	-56,2	-13,1	-19,4	-20,4	-7,7
maio/20	-18,7	-45,4	-19,4	-8,4	-17,1	-6,4
junho/20	-8,6	-40,6	-7,3	-0,4	-4,9	-3,5
julho/20	-7,4	-44,1	-10,1	14,8	-2,7	-6,1
agosto/20	-4	-34,5	-7,9	20,6	-2,3	-0,9
setembro/20	3,8	-22,6	-0,7	25,8	5,8	8,5
outubro/20	2,5	-14,9	-2,7	32,3	1,1	1,2
novembro/20	4,4	-22,8	1,4	33,6	4,1	2,1
dezembro/20	4,7	-27	2,6	28,5	9,6	-4,5
<b>Acumulado Anual (dez)</b>	<b>-3,9</b>	<b>-26,3</b>	<b>-6,1</b>	<b>11</b>	<b>-1,7</b>	<b>0,1</b>
janeiro/21	5,3	-22,1	8,7	31	4,8	0,8
fevereiro/21	10	-19,4	10,5	23,5	13,9	12,9
março/21	13,1	-11,4	8,3	28,4	17,3	4,8
abril/21	29,3	68,2	8,4	43,4	39,4	17,5
maio/21	24	46,5	6,4	28,5	34,3	19,5
junho/21	24,6	40,6	19,4	23,2	27,1	21,6
julho/21	17,9	63,3	11,7	6,5	18,1	27,7
agosto/21	17,2	35	16,7	2	20,3	22
setembro/21	11,9	23	11,6	0,7	15,4	5,3
outubro/21	5,5	8,1	11,8	-12,1	9	-0,1
novembro/21	11,6	12,9	26,7	-14,6	12,3	16
dezembro/21	13,2	22,8	13,4	-7,3	19,7	16,7
<b>Acumulado Anual (dez)</b>	<b>14,8</b>	<b>13,7</b>	<b>12,8</b>	<b>9,9</b>	<b>18,6</b>	<b>13,5</b>

Fonte: PMS-IBGE; elaborada pelos autores.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A economia brasileira, antes da pandemia de COVID-19, já passava por períodos de desaceleração e estagnação desde 2016. A falta de dinamismo nos diversos setores que compõem o PIB foi agravada pelas restrições aos serviços não essenciais. Contudo, o maior setor da economia brasileira conseguiu se recuperar mais precocemente em 2021 em Santa Catarina (SC) do que no país como um todo. Fatores que contribuíram para esta recuperação estão atrelados não somente aos auxílios promulgados pelos poderes

executivo e legislativo, mas à necessidade de seguir sobrevivendo frente aos altos níveis de desemprego, inflação e juros. Diante de tais adversidades, a população brasileira e catarinense não poderia parar de ganhar seu sustento e encontrou novas formas de prestar serviços, ainda que à distância.

A vacinação massiva da população até a terceira dose é um indicativo positivo para o fim das restrições e para que as pessoas se sintam seguras para voltar a trabalhar e consumir serviços fora de casa. Mas, o cenário econômico geral do país continua não sendo favorável ao poder de compra da classe trabalhadora, situação que pode afetar negativamente as perspectivas de crescimento do setor de serviços.

A adoção de medidas sanitárias para controlar a pandemia contribuiu para a queda da economia brasileira que já vinha estagnada. Em função disso, o setor de serviços apresentou resultado deficitário em 2020 da ordem de 7,8%. Todavia, ao longo do segundo ano da pandemia esse setor se recuperou e fechou o ano com a maior taxa anual desde que a série é pesquisada, ou seja, dezembro encerrou o ano de 2021 com 10,9% de crescimento em relação ao mesmo mês do ano anterior. Após meses seguidos de recuperação no segundo semestre de 2020, notou-se que o índice do volume de serviços no Brasil ao final do referido ano atingiu 98,41 pontos percentuais (p.p.), patamar próximo ao valor de 102,05 p.p. registrado em fevereiro do mesmo ano. Portanto, em dezembro de 2020 o setor de serviços já estava próximo da recuperação e doze meses depois cravou o pico histórico (108,76) da série iniciada em 2018. No final de 2021 o setor se encontrava 6,7% acima do nível de fevereiro de 2020, mas ainda -5,6 p.p. abaixo do nível de novembro de 2014, recorde histórico registrado pela série do IBGE.

No Brasil observa-se que os serviços administrativos, profissionais e complementares apenas se recuperaram. Após dois anos de pandemia o subsetor consegue estar 2,32% acima do nível de fevereiro de 2020. Já os serviços prestados às famílias, apesar de terem acumulado um crescimento de 59,8% nos últimos nove meses (IBGE, 2022b), no mês fevereiro de 2022 seguiam 10,9% abaixo do nível pré-pandêmico (SIDRA IBGE, 2022a). Esses dois subsetores foram aqueles que mais se deterioraram durante a pandemia em razão do seu caráter de funcionamento presencial, bem como das mudanças nas preferências do consumidor, na dinâmica de trabalho e na própria perda do poder de compra do brasileiro. Isto porque, com uma inflação que fechou o ano em 10,06%, portanto muito acima da meta de 3,75% estabelecida em 2018 pelo Conselho Monetário Nacional (CNM), o consumidor mais afetado é aquele pertencente às camadas mais



pobres da sociedade que despendem grande parte ou até mesmo a totalidade de suas rendas em consumo básico: alimentação, habitação e transporte (COPOM, 2022).

No caso particular de Santa Catarina, observa-se que a reação do setor começou a ocorrer ainda em maio de 2020 (90,42 p.p.), quando cresce acima dos 84,61 p.p de abril. Mesmo assim, o volume de serviços acumulou uma perda de -3,9% ao final de 2020, percentual bem inferior ao do conjunto do país (-7,8%). Em grande medida, a queda no primeiro ano de pandemia foi fortemente puxada pelo subsetor “serviços prestados às famílias”, cujo desempenho no ano foi de -26,3%. Além disso, dentre os cinco subsetores pesquisados pelo IBGE, o único com saldo positivo em 2020 foi o subsetor “serviços profissionais, administrativos e complementares” (11%). Esse cenário se alterou positivamente ao longo do ano de 2021, uma vez que o superávit catarinense (14,8%) ficou bem acima da média brasileira (10,9%). Nesse segundo ano de pandemia, o crescimento foi puxado pelo subsetor “serviços de transportes e correio” (18,6%) e do subsetor “prestação de serviços às famílias” (13,7%).

Retomando uma afirmação inicial relativa aos efeitos das restrições sanitárias como elemento importante nas quedas do volume de serviços, há de se afirmar que agora o cenário se modificou totalmente, uma vez que praticamente não existem mais restrições que poderiam estar afetando o bom desempenho desse setor. Portanto, se aquelas afirmações cabiam no primeiro ano da pandemia, não cabem mais no momento. Para isso, é importante notar que os determinantes do desempenho setorial atual estão fortemente vinculados à conjuntura econômica extremamente adversa e marcada por um processo inflacionário em expansão, taxa básica de juros acima dos 11% e o desemprego atingindo mais de 12 milhões de pessoas. Certamente esses são ingredientes que afetam as decisões, tanto dos consumidores como das próprias empresas.

De certa forma, esse pessimismo já foi captado pelo Índice de Confiança nas Atividades de Serviços (ICS) desenvolvido pela Fundação Getúlio Vargas. Dados recentes revelam que tal índice vem caindo desde novembro de 2021 (-2,3 p.p) até fevereiro de 2022 (-2 p.p.). Mesmo que tenha ocorrido uma pequena melhora no mês de março/22 (+3 p.p.), isso não indica um cenário mais favorável para o setor no início do corrente ano (FGV, 2022). Portanto, essa pequena alta no ICS não é um sinal claro de que haverá continuidade da recuperação do setor como se verificou no ano anterior.

## REFERÊNCIAS

ARBACHE, Jorge. Produtividade no Setor de Serviços. In: DE NEGRI, Fernanda;

CAVALCANTE, Luiz Rricardo (Orgs.). **Produtividade no Brasil: desempenho e determinantes**. Brasília: ABDI: IPEA, vol. 2, 2015. p. 277-300.

BCB – Banco Central do Brasil. **Carta Aberta explicando a inflação acima do limite superior do intervalo de tolerância da meta em 2021**. Redigida pelo Presidente do BCB, Roberto Oliveira Campos Neto. Disponível em: < [https://www.bcb.gov.br/content/controleinflacao/controleinflacao\\_docs/carta\\_aberta/OF\\_CIO\\_823\\_2022\\_BCB\\_SECRE\\_01.pdf](https://www.bcb.gov.br/content/controleinflacao/controleinflacao_docs/carta_aberta/OF_CIO_823_2022_BCB_SECRE_01.pdf) >. Acesso em: 01 mar. 2022.

COPOM – Conselho de Política Monetária. **Comunicado 38.452 do COPOM**. Diário Oficial da União, 2022. Disponível em: < <https://www.in.gov.br/web/dou/-/comunicado-n-38.452-de-16-de-marco-de-2022-386913166> >. Acesso em 22 mar. 2022.

CASTRO, Saulo de Souza Guerra Ferreira; BARBOSA, Renato Castro de Faria; SILVA, Gustavo Felipe Pereira da; LIMA, Marcus Flávio Souza; MESQUITA, Erlan Pereira. **Relatório do Comércio Exterior Brasileiro de Serviços 2020**. Brasília: Ministério da Economia - Secretaria de Comércio Exterior. Disponível em: < <https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/comercio-exterior/publicacoes-secex/boletins-de-comercio-exterior/arquivos/relatorio-servicos-2020.pdf> >. Acesso em: 3 fev. 22.

ELIAS, Lilian de Pellegrini; FRONZA, Mateus Victor Cassol; MATTEI, Lauro. **Impactos da Covid-19 sobre o setor de serviços no Brasil e em Santa Catarina nos primeiros oito meses de 2020**. Revista NECAT (ISSN 2317-8523) v. 9, n. 17 (2020). Florianópolis: Núcleo de Estudos de Economia Catarinense – Universidade Federal de Santa Catarina, 2020. Disponível em: < <https://revistanecat.ufsc.br/index.php/revistanecat/issue/viewIssue/291/142> >. Acesso em: 20 dez. 2021.

FGV – Fundação Getúlio Vargas. **Confiança do setor de serviços sobe 3,0 pontos em março**. FVG IBRE, Sondagem de Serviços, 2022. Disponível em: < [https://portalibre.fgv.br/sites/default/files/2022-03/sondagem-de-servicos-fgv\\_press-release\\_mar22\\_0.pdf](https://portalibre.fgv.br/sites/default/files/2022-03/sondagem-de-servicos-fgv_press-release_mar22_0.pdf) >. Acesso em 13 abr. 2022.

GAMA NETO, Ricardo Borges. **Impactos da Covid-19 sobre a Economia Mundial**. Boletim de Conjuntura (BOCA), Boa Vista, v. 2, n. 5, p. 113–127, 2020. DOI: 10.5281/zenodo.3786698. Disponível em: < <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/134> >. Acesso em: 22 fev. 2022.

GOULARTI FILHO, Alcides Goularti. **Formação Econômica de Santa Catarina: uma tentativa de síntese**. In: A socioeconomia catarinense, cenários e perspectivas no início do século XXI. Chapecó: Argos, 2010.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Padrões de crescimento e diferenciação econômica em Santa Catarina**. Tese de Doutorado apresentada à Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2001. Disponível em: < <https://necat.paginas.ufsc.br/files/2011/10/Alcides-Goularti-Filho1.pdf> >. Acesso em: 26 jan. 2022.

HEINEN, Vicente Loeblein; MATTEI, Lauro. **Quem foram os trabalhadores mais atingidos pela crise associada à pandemia da Covid-19 em Santa Catarina?**

Florianópolis: Núcleo de Estudos de Economia Catarinense – Universidade Federal de Santa Catarina, 2020. Disponível em: < <https://necat.ufsc.br/quem-foram-os-trabalhadores-mais-atingidos-pela-crise-associada-a-pandemia-da-covid-19-em-santa-catarina/> >. Acesso em: 20 dez. 2021.

IBGE. **Cidades e Estados: população estimada de Santa Catarina**. IBGE, 2021a. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sc.html> >. Acesso em: 05 jan. 2022.

IBGE. **Contas Nacionais Trimestrais**: indicadores de volume e valores correntes (2021b). Disponível em: < [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2121/cnt\\_2021\\_4tri.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2121/cnt_2021_4tri.pdf) >. Acesso em: 08 mar. 2022.

IBGE. **Pesquisa Anual de Serviços 2019**. IBGE: Rio de Janeiro, v. 21, p. 1-8, ISSN 1519-8006, 2021c. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/servicos/9028-pesquisa-anual-de-servicos.html?=&t=publicacoes#:~:text=Sobre%20-%202019,receitas%2C%20despesas%20e%20valor%20adicionado> >. Acesso em: 04 jan. 2022.

IBGE. **Pesquisa Mensal de Serviços**. Indicadores IBGE, 2022a. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/home/pms/brasil> >. Acesso em: 20 jan., 18 fev., 17 mar, e 14 abr. 2022

IBGE. **Pesquisa Mensal de Serviços**. Série Relatórios Metodológicos. Rio de Janeiro: IBGE, 2022b. Disponível em: < <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=72419> >. Acesso em: 17 mar. 2022.

IBGE, **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD)**. Séries Histórias: taxa de desocupação, jul-ago-set 2020a. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?edicao=20652&t=series-historicas> >. Acesso em 12 dez. 2021.

IBGE. **PIB por Unidade da Federação, 2019**. In: PIB dos Municípios. Rio de Janeiro: IBGE, 2021d. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?=&t=destaques> >. Acesso em: mar. 2022.

IBGE, **Sistemas de Contas Nacionais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020b.

IPEA. **Estrutura e dinâmica do setor de serviços no Brasil**. Organizadores: João Alberto De Negri, Luis Claudio Kubota. Brasília: IPEA, 2006. 502 p.

IPEA. **O setor serviços no Brasil: uma visão global – 1985/95**. Texto para discussão nº 549. Rio de Janeiro; Brasília: IPEA, 1998. Disponível em: < [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2381/1/td\\_0549.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2381/1/td_0549.pdf) >. Acesso em 10 dez. 2021.

NASCIMENTO, L. **Caged: Brasil cria 328 mil empregos com carteira assinada em fevereiro**. Agência Brasil, 2022. Disponível em: < <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2022-03/caged-brasil-cria-328-mil> >

empregos-com-carteira-assinada-em-fevereiro >. Acesso em 29 mar. 2022.

MANS, Matheus. **Setor de serviços emprega 55 milhões de brasileiros**. Yahoo Finanças, 2021. Disponível em: < <https://br.noticias.yahoo.com/setor-de-servicos-emprega-55-milhoes-de-brasileiros-080051828.html> >. Acesso em 28 mar. 2022.

MATTEI, Lauro. LINS, Hoyêdo Nunes. **A socioeconomia catarinense, cenários e perspectivas no início do século XXI**. Chapecó: Argos, 2010.

MUNARO, M. E. **Descentralização político-administrativa: uma análise de Santa Catarina entre 2003 e 2018**. Florianópolis (SC): UFSC- Departamento de Economia e Relações Internacionais (Monografia de conclusão do curso de Economia), 2022.

NASS, Victor Hugo Azevedo; LOPES, Allan da Cruz. **Serviços continuam liderando a geração de empregos formais de Santa Catarina em setembro**. Florianópolis: Núcleo de Estudos de Economia Catarinense – Universidade Federal de Santa Catarina, 2021. Disponível em: < <https://necat.ufsc.br/servicos-continuam-liderando-a-geracao-de-empregos-formais-de-santa-catarina-em-setembro/> >. Acesso em 12 jan. 2022.

PEREIRA, Anthony W.; MATTEI, Lauro. **The Brazilian economy today: towards a new socio-economic model?** London; New York: Palgrave Macmillan, 2015.

**Raio-x do Produto Interno Bruto Catarinense**. In: Economia de SC: raio-x do PIB mostra por que o Estado tem o sexto melhor resultado do país, 2020. Disponível em < <https://ndmais.com.br/economia-sc/economia-sc-pib-sexto-resultado-pais/> >. Acesso em 15 mar. 2022.

RODRIGUES, Alex. **Ministério da Saúde confirma primeiro caso de coronavírus no Brasil**. Brasília: Agência Brasil, 2020. Disponível em: < <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-02/ministerio-da-saude-confirma-primeiro-caso-de-coronavirus-no-brasil> >. Acesso em: 15 fev. 2022.

USP – Universidade de São Paulo – Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto. **Monitoramento de novos óbitos confirmados de COVID-19 – Brasil**. Disponível em: < <https://ciis.fmrp.usp.br/covid19/brasil> >. Acesso em: dez. 2021.

*Recebido em 18 de abril de 2022 e aceito em 2 de maio de 2022.*